



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

16 E 17 DE SETEMBRO DE 2010

ATA

1 Às nove horas do dia dezesseis de setembro de dois mil e dez, no Auditório do 8º
2 andar do Edifício Parque Cidade Corporate, Sede da Secretaria de Direitos
3 Humanos da Presidência da República, em Brasília/DF, foi realizada a
4 Septuagésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
5 Portadora de Deficiência – CONADE, sob a presidência da Sra. Denise Costa
6 Granja. Estiveram presentes os **Conselheiros Governamentais**: Denise Costa
7 Granja – Representante Titular do Ministério das Comunicações/MC e Presidente do
8 CONADE; Milena Souto Maior Medeiros – Representante Titular da Casa Civil da
9 Presidência da República; Misiara Cristina Oliveira – Representante Suplente do
10 Ministério da Educação/MEC; Raimundo Nonato Lopes de Souza – Representante
11 Suplente do Ministério da Previdência Social/MPS; Andréa Duarte Lins –
12 Representante Suplente do Ministério da Saúde/MS; Magda Hennes –
13 Representante Titular do Ministério das Cidades/MCidades; Elyria Bonetti Yoshida
14 Credidio – Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e
15 Combate à Fome/MDS; Ana Carolina Silveira Vansconcelos – Representante
16 Suplente do Ministério dos Esportes/ME; Fábio Borges de Abreu – Representante
17 Titular do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; Rogério Lopes Costa Reis –
18 Representante Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE; Bárbara Blaudt
19 Rangel – Representante Titular do Ministério do Turismo/MTur; Evandro Dias de
20 Souza – Representante Suplente do Ministério do Turismo/MTur; Marcos Cordeiro
21 de Souza Bandeira – Representante Titular do Ministério dos Transportes/MT; Izabel
22 Maria Madeira de Loureiro Maior – Representante Titular da Secretaria de Direitos
23 Humanos da Presidência da República/SDH/PR; Ana Beatriz Silva Thé Praxedes –
24 Representante Suplente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da
25 República/SDH/PR; Francisco Alexandre Dourado Mapurunga – Representante

26 Titular dos Conselhos Estaduais / CEDEF Ceará; Laércio Ventura – Representante
27 Suplente dos Conselhos Estaduais / CMDPPD Santa Catarina; Flávio Fontes da
28 Silva Rossini – Representante Titular do Conselho Municipal dos Direitos das
29 Pessoas Portadoras de Deficiência de Belo Horizonte/CMPPD Belo Horizonte. Os
30 **Conselheiros da Sociedade Civil:** Maria do Carmo Tourinho – Representante
31 Titular da Associação de Altismo/ABRA; Maria Aparecida Reis – Representante
32 Titular da Associação Brasileira de Ostromizados/ABRASO; Damaris Nunes de Lima
33 Rocha Moraes – Representante Suplente da Associação Brasileira de
34 Ostromizados/ABRASO; Roberto Paulo do Vale Tiné – Representante Titular da
35 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco
36 do Brasil e da Comunidade/APABB; José Antônio Ferreira Freire – Representante
37 Titular da Confederação Brasileira de Desportos para Cegos/CBDC; Janilton
38 Fernandes Lima – Representante Titular da Confederação Nacional do
39 Comércio/CNC; Isaiás Dias – Representante Titular da Central Única dos
40 Trabalhadores/CUT e Vice-Presidente do CONADE; Márcio Castro de Aguiar –
41 Representante Suplente do Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente
42 CVI Brasil; Rosangela da Silva Santos – Representante Titular da Federação das
43 Associações de Renais e Transplantados do Brasil/FARBRA; Gecy Maria Fritsch
44 Klauch – Representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de
45 Down/FBASD; Raimundo José Rodrigues Monteiro – Representante Titular da
46 Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil/FCD/BR;
47 Adinilson Marins dos Santos – Representante Titular da Federação Nacional das
48 APAES/FENAPAE; Lizair de Moraes Guarino – Representante Titular da Federação
49 Nacional das Sociedades Pestalozzi/FENASP; Ester Alves Pacheco Henriques –
50 Representante Suplente da Federação Nacional das Sociedades
51 Pestalozzi/FENASP; José Carlos de Oliveira – Representante Titular da Federação
52 Nacional de Educação Integração de Surdos/FENEIS; Valdenora da Cruz Rodrigues
53 – Representante Titular do Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela
54 Hanseníase/MORHAN; Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes –Representante
55 Titular da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; Moisés Bauer Luiz – Representante
56 Titular da Organização Nacional de Cegos do Brasil/ONCB; José Alcides Marton da
57 Silva – Representante Titular da União Brasileira dos Serviços de Referência em
58 Triagem Neonatal Credenciados/UNISERT. **Observadores e Convidados:** Andréa
59 Assumpção Siqueira – Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi – FENASP;
60 Maria Auxiliadora Souza Monteiro – Acompanhante FCD/BR; Fernando Antônio
61 Medeiros de Campos Ribeiro – Representante da Secretaria Nacional de Promoção

62 de Direitos da Pessoa com Deficiência/SNPD; Alexis Muñoz – Representante da
63 Associação Brasileira de Tecnologia Assistiva/ABTECA; Nelson Júnior –
64 Representante da Empresa Super Eficiente; Cândida Carvalheira – Ex-Conselheira
65 do CONADE e Representante da ABRASO.

66

67 **1º DIA. 16 DE SETEMBRO DE 2010.**

68 **Abertura:** Verificado o quórum por meio de chamada oral, estando presentes 24
69 conselheiros, a Sra. Denise Costa Granja abriu os trabalhos da 70ª Reunião
70 Ordinária do CONADE cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

71 **Aprovação da Ata da 70ª Reunião Ordinária do CONADE.** A Ata foi aprovada sem
72 nenhuma ressalva. **Aprovação da Proposta de Pauta da 70ª Reunião Ordinária.**

73 1) Abertura; 2) Aprovação da Ata da 69ª Reunião Ordinária; 3) Aprovação da
74 Proposta de Pauta da 70ª Reunião Ordinária; 4) Resultados da Participação da 3ª
75 Conferência da Organização das Nações Unidas/ONU; 5) Monitoramento do
76 Relatório da ONU; 6) Informes das Comissões Permanentes; 7) Livro Acessível; 8)
77 Reunião com conselhos estaduais e municipais das capitais sedes da Copa; 9)
78 Informe da Presidência Ampliada; 10) As conquistas do Movimento das Pessoas
79 Ostimizadas no país; 11) Mobilização para o dia 21 de setembro; 12) Informes
80 Gerais. O Conselheiro Laércio Ventura solicitou que fosse inserido o tema da
81 Portaria do Ministério do Trabalho que criou grupo de trabalho para tratar da
82 acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho e também um
83 minuto de silêncio em respeito ao falecimento da Sra. Dorina Nowill. **Portaria do**
84 **Ministério do Trabalho e Emprego, que criou grupo de trabalho para tratar da**
85 **acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho.** O
86 Conselheiro Fábio Borges de Abreu esclareceu que foi criado grupo de trabalho por
87 demanda do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, com o fim de garantir
88 avanços na inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Destacou
89 como seria o funcionamento do GT e convidou dois membros do CONADE,
90 conselheiros representantes dos empregadores e dos trabalhadores, para
91 participarem do mesmo. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz propôs que o Conselho
92 analisasse as conclusões do GT antes mesmo de serem levados ao Ministro do
93 Trabalho e Emprego e com o objetivo de que o plenário fizesse contribuições e
94 observações acerca do resultado dos trabalhos do GT. O Conselheiro Laércio
95 Ventura propôs uma intervenção maior do CONADE nesse assunto, pela
96 peculiaridade do período eleitoral e a tentativa, segundo ele, de resolver em trinta
97 dias uma questão que perdurava por mais de 20 anos. Para tanto, sugeriu uma

98 interlocução do CONADE com o próprio Ministro do Trabalho e Emprego e a
99 participação das delegacias regionais dos trabalhos de cada estado no GT, além dos
100 Ministérios Públicos do Trabalho Estaduais, onde eram feitos os termos de ajustes
101 de conduta para a inserção das pessoas com deficiência. A Conselheira Izabel Maria
102 Madeira de Loureiro Maior informou que, a partir da publicação da Portaria do MTE,
103 a Secretaria Nacional de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência/SNPD
104 entrou em contato com a titular do GT, Secretária de Relações do Trabalho, se
105 comprometendo repassar ao GT todas as informações necessárias e cabíveis para
106 que não houvesse nenhum tipo de manipulação externa. A Conselheira Elyria
107 Bonetti Yoshida Credidio parabenizou a iniciativa do MTE e ressaltou que foi
108 atribuída ao beneficiário do Benefício de Prestação Continuada/BPC a maior
109 dificuldade para o cumprimento da lei de cotas e, em função disso, o Ministério do
110 Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS desenvolvia um projeto piloto no
111 sentido de conhecer o potencial do beneficiário com a perspectiva de ter
112 conhecimento da potencialidade do mesmo em alcançar o mercado de trabalho.
113 Desta monta, colocou à disposição o MDS para mais informações, os dados obtidos
114 e os estudos realizados em relação ao beneficiário do BPC e o mercado de trabalho.
115 Posto isto, o Conselheiro Fábio Borges de Abreu acatou as proposições,
116 considerando que tudo o que foi proposto já estava contemplado na formação do GT
117 e no objetivo do mesmo. O Conselheiro Isaías Dias defendeu a presença do
118 CONADE nesse GT. O Conselheiro José Alcides Marton da Silva sugeriu o nome do
119 Conselheiro Moisés Bauer Luiz para compor o GT como representante dos
120 trabalhadores. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar propôs o nome do
121 representante da Central Única/CUT, Isaías Dias, e do Representante da
122 Confederação Nacional do Comércio, Janilton Fernandes Lima. A Sra. Denise Costa
123 Granja informou a existência de e-mail do conselheiro Romeu Kazumi Sasaki se
124 disponibilizando a fazer parte do GT. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz se dispôs a
125 participar do GT. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar ratificou a indicação do
126 Conselheiro Romeu Kazumi Sasaki, afirmando que o mesmo era extremamente
127 capacitado para fazer essa discussão e defendeu também a indicação do
128 Conselheiro Janilton Fernandes Lima, que esclareceu que era extremamente
129 capacitado para participar do GT e fazer um panorama da pessoa com deficiência
130 no mercado de trabalho. O Conselheiro Isaías Dias reforçou sua indicação. Ao
131 passo que o Sr. Fábio Borges de Abreu informou que ele e seu suplente, Rogério
132 Lopes Costa Reis, estariam participando do grupo, um como observador e o outro
133 como membro permanente. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz defendeu que além

134 dos representantes escolhidos pelo CONADE no GT fosse escolhida mais uma
135 pessoa, mas portadora de deficiência e que tivesse conhecimento de causa. O
136 Conselheiro Laércio Ventura defendeu sua indicação e ratificou a indicação do
137 Conselheiro Janilton Fernandes Lima, além de apoiar a presença do Conselheiro
138 Isaías Dias. O Conselheiro Isaías Dias defendeu sua indicação, além dos
139 Conselheiros Moisés Bauer Luiz e dos Conselheiros Janilton Fernandes Lima. O
140 Deste modo, o Conselheiro Laércio Ventura sugeriu quatro representantes do
141 CONADE, inclusive o próprio. O conselheiro Moisés Bauer Luiz sugeriu a criação de
142 um GT interno do CONADE com os cinco nomes propostos, além do representante
143 do MTE para, em momentos diferentes, contemplar a participação de todos no GT
144 do MTE e, com isso, apresentar propostas mais bem definidas e alinhavadas
145 internamente pelo CONADE. O Conselheiro Fábio Borges de Abreu questionou se
146 era realmente necessário criar um grupo de trabalho para acompanhar um outro
147 grupo de trabalho. Ao passo que o Conselheiro Moisés Bauer Luiz defendeu a
148 criação do GT do CONADE, apoiado pelo Conselheiro Laércio Ventura. Ao passo
149 que o mesmo foi criado por meio de votação. Por fim, a Conselheira Milena Souto
150 Maior Medeiros propôs que se pautasse a exposição do GT do MTE na próxima
151 reunião ordinária do CONADE, em dezembro de 2010. Com tanto, o Conselheiro
152 Fábio Borges de Abreu destacou que levaria os nomes indicados à titular da
153 Secretaria de Relações do Trabalho/SRT para apreciação e aprovação. **Titularidade**
154 **de Conselheiros dos Conselhos Estaduais.** Em questão de ordem, o Conselheiro
155 Laércio Ventura informou que a representatividade do conselheiro do CEDEF Ceará,
156 Francisco Alexandre Dourado Mapurunga, teve fim em agosto do corrente ano, na
157 última reunião ordinária do CONADE e não houve a prorrogação oficial do mandato
158 do titular. Portanto, solicitou decisão do CONADE sobre a titularidade no Conselho,
159 se do conselho que representava ou do CEDEF Ceará, considerando que houve
160 encaminhamento de ofício do CEDEF do Ceará e do próprio Conselheiro à
161 Comissão de Articulação de Conselhos/CAC solicitando decisão. A Presidente
162 Denise Costa Granja esclareceu que recebeu ofício do CEDEF Ceará informando
163 que o mesmo passava por processo de eleição e que as providências com relação à
164 representação dos Conselhos Estaduais ficava a critério do CONADE. Esclareceu
165 ainda que não lhe foi encaminhada a ata de posse do CEDEF Ceará, por isso não
166 sabia a data exata do término do mandato do conselho estadual e não lhe foi
167 encaminhada nenhuma prorrogação do mandato e nenhuma recondução do mesmo
168 até a conclusão do processo de eleição. Ao passo que o Conselheiro Francisco
169 Alexandre Dourado Mapurunga esclareceu que o mandato do CEDEF Ceará teve

170 início no dia 02 de setembro de 2008 e findou-se no dia 02 de setembro de 2010 e
171 em consultoria jurídica à Secretaria de Justiça do Estado do Ceará e foi subsidiado
172 que todos os atos no interregno de dia 02 de setembro até o dia 23 de setembro
173 seriam exercidos pela atual gestão. Lembrou que houve eleição para titular e
174 suplente no CONADE, sendo que o Conselho de Santa Catarina teve mais votos
175 para suplente e o Conselho do Estado do Ceará foi eleito como titular e, por esse
176 motivo, o substituto do Conselho Estadual do Ceará não poderia ser o Conselho de
177 Santa Catarina, mas sim o futuro presidente do CEDEF Ceará. A Conselheira Izabel
178 Maria Madeira de Loureiro Maior, na condição de coordenadora da Comissão de
179 Articulação de Conselhos/CAC, informou que esse assunto não foi encaminhado à
180 Comissão e esclareceu que a troca de titularidade não existia, posto que os
181 conselhos suplentes só poderiam comparecer à reunião na ausência dos titulares. O
182 Conselheiro Isaías Dias ponderou que os dois conselhos em voga poderiam e
183 deveriam decidir a situação sem a interferência do plenário. O Conselheiro Flávio
184 Fontes da Silva Rossini destacou que houve ofício enviado pela Secretaria Estadual
185 de Assistência Social do Ceará delegando a responsabilidade ao CONADE para
186 decidir a situação da representatividade do Conselho do Ceará e ressaltou a troca
187 de titularidade entre os conselhos municipais através de portaria assinada pelo
188 Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, Titular da Secretaria de Direitos Humanos. O
189 Conselheiro Márcio Castro de Aguiar, como relator do processo eleitoral, rememorou
190 que houve um acordo entre os conselhos municipais em que no primeiro ano a
191 titularidade seria do Conselho Municipal de Belo Horizonte e no segundo ano a
192 titularidade passaria ao Conselho Municipal de Mesquita. Encerrou sua fala
193 colocando sua surpresa ao perceber que um conselheiro de mandato encerrado
194 insistia em participar do processo e causando, assim, constrangimento à sociedade
195 civil. O Conselheiro Moisés Bauer Luiz destacou que a questão da titularidade dos
196 conselhos municipais já estava superada e sugeriu incluir na pauta a titularidade dos
197 Conselhos Estaduais a fim de que o CONADE deliberasse acerca do assunto. O
198 Conselheiro Márcio Castro de Aguiar leu o Artigo 7º do Regimento Interno do
199 CONADE *“No caso de vacância de entidade por deliberação própria ou perda de*
200 *mandato assumirá a entidade mais votada na Assembleia Geral em ordem*
201 *decrecente.* E ponderou que o Conselheiro Laércio Ventura, representante do
202 Conselho Estadual de Santa Catarina, devia estar ali participando na qualidade de
203 suplente por haver a vacância. Por questão de ordem, o Conselheiro Moisés Bauer
204 Luiz solicitou que fosse posta em votação a decisão acerca da representatividade
205 dos conselheiros estaduais. Ao passo que o Conselheiro Isaías Dias propôs que

206 esse tema fosse inserido como ponto de pauta e a votação fosse feita baseada em
207 um parecer da Comissão de Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos
208 Normativos/CAN. Ao passo que o Conselheiro José Antônio Ferreira Freire
209 ponderou que, com a apresentação do parecer pelo Conselheiro Francisco
210 Alexandre Dourado Mapurunga, o mesmo continuava com a titularidade e caso não
211 apresentasse o parecer, a titularidade seria do Conselho do Estado de Santa
212 Catarina, sem a necessidade de parecer da CAN. Todavia, o plenário votou a favor
213 da apresentação de parecer da CAN na tarde daquele dia. Deste modo, a
214 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes informou que em resposta
215 ao questionamento do Conselheiro Francisco Alexandre Dourado Mapurunga,
216 Presidente do CEDEF Ceará, a Assessoria Jurídica da Secretaria de Justiça e
217 Cidadania esclareceu que o mandato junto ao CONADE era do CEDEF e não do
218 seu Presidente. Data Vênia, entendia que a legitimidade de representação e atuação
219 no caso do presidente era seu mandato, naquela data, vencido, como vencidos os
220 mandatos dos demais conselheiros. Não podendo os mesmos praticar atos em
221 nome do CEDEF, que seriam nulos de pleno direito. Todavia, o CEDEF não podia
222 parar suas atividades por quase três semanas, mesmo porque, se assim ocorresse,
223 não teria nem mesmo como convocar as eleições para o próximo dia 23 de
224 setembro de 2010. Assim, a solução seria levar para a ratificação do colegiado
225 estadual quando das novas eleições todos os atos praticados pelo presidente e vice-
226 presidente no período de 2 de setembro de 2010 até 23 de setembro de 2010.
227 Igualmente, ratificar a viagem do senhor Francisco Alexandre Dourado Mapurunga a
228 Brasília/DF para a reunião do CONADE, bem como votos por ele conferidos. Com
229 isso, a Conselheiro Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes afirmou não haver
230 dúvida da vacância do mandato, mas, considerando que a ratificação do colegiado
231 local só aconteceria após suas eleições, o parecer da CAN foi favorável ao
232 colegiado nacional decidir sobre aquela situação. Posto isto, o Sr. Moisés Bauer Luiz
233 propôs que em todas as votações e deliberações daquele dia e do dia seguinte se
234 manifestasse somente o Conselheiro Suplente, visto que o mesmo não possuía
235 nenhum indício de irregularidade a ser analisada. Proposta essa ratificada pela
236 Conselheira Rosângela da Silva Santos. Posto isto, foi decidido em votação e pela
237 maioria a favor da proposta e, deste modo, teria direito a voz e voto o conselheiro
238 Laércio Ventura, representando os Conselhos Estaduais. **Homenagem a Dorina**
239 **Nowill.** O CONADE prestou homenagem de um minuto de silêncio pela morte da
240 Sra. Dorina de Gouvêa Nowill, falecida aos 91 anos, no último dia 29 de agosto,
241 Presidente da União Mundial de Cegos e da União Latino-americana de Cegos e

242 deu início à Fundação para o Livro do Cego. **Resultados da 3ª Conferência da**
243 **ONU.** A Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes relatou que, entre
244 os dias primeiro e três de setembro do corrente, na sede das Organizações das
245 Nações Unidas, em Nova York, foi realizada a 3ª Conferência dos Estados Partes da
246 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, cujo tema
247 principal foi a inclusão das pessoas com deficiência por meio da implementação da
248 convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Os trabalhos desta foram
249 presididos por um representante do México e co-presididos pela Hungria, Jordânia,
250 Nova Zelândia e África do Sul. O ponto chave foi a eleição de 12 membros do comitê
251 sobre os direitos das pessoas com deficiência, na qual seis deles eram renovação
252 de mandato. Foram eleitos um representante da Alemanha, da Hungria, Algéria,
253 Coreia, Tunísia, Dinamarca, Quênia, Austrália, Guatemala, apoiada pelo Brasil,
254 México, Sérvia e Equador. A Agenda de trabalho, além das eleições, tinha por
255 previsão a discussão sobre o Artigo 24 da Convenção, que tratava da educação, o
256 Artigo 19, que tratava da vida independente, e o Artigo 11, que trata das situações
257 de risco e emergência. O Brasil esteve presente em todas as atividades, inclusive
258 em um evento paralelo realizado pelo Brasil sobre políticas públicas brasileiras de
259 inclusão da pessoa com deficiência, com uma delegação de dez representantes,
260 entre eles o CONADE e mais nove representantes de ministérios, Ministério do
261 Trabalho e Emprego, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Secretaria
262 Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de
263 Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento
264 Social e Combate à Fome, Ministério das Relações Exteriores. Após, o Sr. Fernando
265 Antônio Medeiros de Campos Ribeiro, Assessor para Assuntos Internacionais da
266 SNPD relatou que os trabalhos em Nova York começaram de fato em uma reunião
267 da sociedade civil, no dia 31, em que o secretariado da ONU apresentou os avanços
268 e as iniciativas para a implementação da convenção e foi o momento em que a
269 sociedade civil pôde exprimir o desejo dela que se estabelecesse uma intensa troca
270 de informações e parceria entre organismos internacionais, organizações regionais,
271 estados e a sociedade civil para que a implementação avançasse de maneira sólida.
272 Além disso, foi enfatizado que os desafios que se apresentavam diante da
273 implementação da convenção e da firmação dos direitos das pessoas com
274 deficiência envolviam também o combate à miséria, à pobreza e o fortalecimento de
275 um fundo das Nações Unidas para a promoção desses direitos, favorecendo o
276 compartilhamento de boas práticas e projetos de cooperação em favor dos países
277 em desenvolvimento e os que possuíam desenvolvimento reduzido. Quando

278 começou de fato a reunião do ponto de vista da programação formal, houve o
279 processo eleitoral supracitado e que prejudicou a parte substantiva da agenda,
280 adiando o primeiro tema de conteúdo para o dia seguinte atrasando a agenda e
281 prejudicando o debate, considerando que os países falaram por no máximo dois
282 minutos para comentários, reduzindo significativamente a qualidade do debate.
283 Nesse mesmo dia, no horário de almoço, foi realizado o evento de preparação para
284 a conferência, com a apresentação da política brasileira de educação inclusiva.
285 Rapidamente, a Secretaria de Direitos Humanos falou sobre a questão da pessoa
286 com deficiência como protagonista de direitos. Em seguida, o CONADE expôs o seu
287 papel no processo de construção pelo diálogo das políticas. Na sequência, o
288 Ministério do Desenvolvimento Social falou sobre garantir a renda e os serviços com
289 ampliação da proteção social. O Ministério da Educação dissertou sobre a mudança
290 do marco legal na educação inclusiva, em função do advento da convenção, da sua
291 incorporação no marco normativo brasileiro. O Ministério do Trabalho e Emprego
292 destacou a importância da qualificação para a promoção da igualdade de
293 oportunidade no mercado de trabalho e o avanço da qualificação profissional para a
294 inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho de maneira ampla. E
295 o Ministério das Cidades destacou os programas de intervenção urbana com o
296 programa de atração de direito à cidade, à moradia, pautados pelos critérios de
297 acessibilidade. O ponto positivo desse evento foi a participação de 30 pessoas, de
298 quatro continentes, Américas, África, Ásia e Europa, e os subseqüentes elogios ao
299 exemplo concreto que o Brasil dava de adoção de políticas públicas com estratégia,
300 com coerência, com comprometimento e que era um parâmetro importante a ser
301 levado em consideração quando tantos países estavam fazendo uma adesão à
302 convenção apenas em palavras. Houve uma repercussão muito positiva e
303 construtiva de destaque da presença do Brasil e da atuação do Brasil no
304 comprometimento com a implementação da convenção. Após, houveram mesas
305 redondas com diversos painelistas, onde ficou claro que o desafio da educação
306 inclusiva exigia uma adequação normativa por parte dos Estados e que isso só iria
307 acontecer se houvesse de fato compromisso com a implementação da convenção,
308 que fundamentalmente o desafio era assegurar que as pessoas com deficiência
309 tinham direito a escolher com base de igualdade e oportunidades como desejavam
310 viver e participar nas suas comunidades. O Brasil interviu em dois momentos,
311 afirmando que a visão de educação inclusiva tratava em pé de igualdade a pessoa
312 com deficiência como as demais pessoas da sociedade sem qualquer discriminação
313 e que esse era o critério básico para o desenvolvimento de política de educação

314 inclusiva. Enfatizou que o Brasil estava defendendo na Organização Mundial de
315 Propriedade Intelectual/OMPI junto com Paraguai, México e Equador, uma proposta
316 de um tratado prevendo exceções às limitações que existiam de aplicação do direito
317 de propriedade intelectual, com vistas a favorecer o acesso à informação, a
318 materiais pedagógicos e à cultura das pessoas com deficiência visual e com
319 limitações graves para leitura. Com isso, o Brasil foi aplaudido e diversos países
320 pediram a palavra para se manifestar em apoio à proposta defendida pelo Brasil está
321 defendendo e à maneira que o Brasil introduziu o assunto naquele debate. O Brasil,
322 com relação à vida independente, ressaltou que garantir a vida independente era
323 garantir acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, ao transporte, à
324 acessibilidade do ponto de vista do acesso à moradia e as condições para
325 habilitação e reabilitação das pessoas para que tivessem de fato qualidade de vida.
326 Após, houve uma sessão sobre a questão das situações de risco e emergências
327 humanitárias e o Brasil, naquela ocasião, entrevistou dizendo que os últimos exemplos
328 das enchentes que ocorreram no Nordeste e o exemplo do terremoto no Haiti
329 mostravam que essa era uma questão que teria que ter a adoção imediata de uma
330 nova postura porque quando ocorrem essas situações emergenciais, as pessoas
331 com deficiência eram extremamente vulneráveis. Para tanto, eram necessários
332 protocolos prevendo estrategicamente como seriam feitas as intervenções para
333 resgate, realocação e deslocamento das pessoas com deficiência. Por fim, no último
334 dia, foi feito um balanço da implementação da convenção pelo sistema das Nações
335 Unidas e o Brasil, mais uma vez, enfatizou que a integração desses conteúdos
336 significava a discussão de todos os temas que implicavam na afirmação dos direitos
337 constantes da convenção em todos os organismos que fazem parte do sistema
338 OMPI e ressaltou que dado o seu compromisso com a convenção e a sua
339 implementação, futuramente apresentaria candidatura ao comitê de monitoramento.
340 A Conselheira Rosângela da Silva Santos destacou que recebia algumas demandas
341 de associações em face da ratificação da convenção, por não entenderem em que
342 sentido a mesma contribuía nas demandas mais imediatas e questionou em que
343 passo estava evoluindo no sentido de dirimir as dificuldades para casos que não
344 estariam contemplados por escrito, bem como outras situações, outras demandas
345 que poderiam surgir. Ao passo que a Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo
346 Lopes esclareceu que a convenção, por ter sido validada como um instrumento
347 constitucional e qualquer coisa que fosse feita em desacordo era inconstitucional e
348 era uma diretriz única para a forma como deviam ser tratados os direitos da pessoa
349 com deficiência. Com isso, a convenção poderia ser invocada judicialmente para

350 buscar o uso do direito. O Conselheiro Laércio Ventura parabenizou os relatos e
351 destacou que quando o país foi homenageado e parabenizado internacional era fruto
352 de um trabalho bastante antigo de lideranças da causa da pessoa com deficiência.
353 Informou que não pode estar presente àquela conferência por não possuir visto de
354 entrada nos Estados Unidos e que o custeio seria feito pelo Conselho Estadual de
355 Santa Catarina. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar trouxe à reflexão a
356 necessidade de todos se apropriarem da convenção sobre os direitos da pessoa
357 com deficiência a fim de multiplicar esse conhecimento, bem como garantir os
358 mecanismos de monitoramento dessa convenção, por ser esse o recurso para
359 garantir os direitos da pessoa com deficiência. A Conselheira Izabel Maria Madeira
360 de Loureiro Maior destacou o alto número de participantes nessa conferência e a
361 importância da intersoriedade da presença brasileira na ONU. Ressaltou a
362 importância de uma participação maior para a próxima Conferência, inclusive da
363 sociedade civil e que, apesar de não ter participado, se sentia altamente gratificada
364 pelo resultado alcançado pelo Brasil. Destacou, por fim, que eram colhidas as
365 contribuições dos Ministérios para o relatório de monitoramento da convenção e que
366 o mesmo seria colocado à disposição do CONADE e de toda a sociedade em geral
367 por meio de consulta pública e, deste modo, o relatório espelharia tudo já
368 implementado e o que não foi implementado na íntegra ou parcialmente.

369 **Monitoramento do Relatório da ONU.** A Conselheira Izabel Maria Madeira de
370 Loureiro Maior destacou que o item 2 do Artigo 33 da Convenção da ONU
371 “implementação e monitoramento nacionais”. Item 2: dependendo do sistema
372 jurídico e administrativo do país, o país precisa definir qual será o mecanismo
373 independente ou mecanismos independentes que terá para o monitoramento da
374 convenção. Ponderou, com isso, que o Brasil teria em sua estrutura jurídica
375 administrativa um Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência com
376 atribuições de fiscalização e com capacidade deliberativa. Todavia, o mecanismo
377 independente supracitado teria que ser um mecanismo da sociedade civil
378 independente e o CONADE não possuía tal característica, sendo o mesmo paritário,
379 com representações governamentais e da sociedade civil. Entretanto, existiam dois
380 caminhos: a adequação do CONADE, para que pudesse ser esse organismo
381 independente ou criar uma nova instância independente, plural, transparente e com
382 o perfil jurídico que lhe desse as características previstas no item 2 do Artigo 33. A
383 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes parabenizou a Secretaria
384 pela elaboração da nota técnica que embasava aquela situação que era um dilema
385 debatido desde o ano de dois mil e nove. Afirmou que era necessária a definição de

386 um mecanismo de monitoramento independente. Todavia, aquela era uma
387 discussão que se iniciava de uma forma mais circunstanciada, mas não havia
388 possibilidade de finalizá-la no mesmo dia. Sugeriu a apresentação da mesma no
389 Encontro Nacional de Conselhos e que fosse um ponto de pauta na 71ª Reunião
390 Ordinária, em dezembro, para sua deliberação. O Sr. Francisco Alexandre Dourado
391 Mapurunga ressaltou que as instâncias regionais e locais precisavam trabalhar muito
392 para que a implementação da convenção se efetivasse no país. Destacou que o
393 mandato do CONADE teria que ser pensado com base nessa nova perspectiva, que
394 o Brasil era signatário e precisava de um órgão de monitoramento da
395 implementação. Por fim, ratificou que a demanda merecia uma reflexão mais
396 profunda e que perpassasse em uma discussão com a sociedade. O Sr. Márcio
397 Castro de Aguiar ponderou que o mecanismo de monitoramento, quanto mais
398 independente for, mais democrático seria o processo de monitoramento da
399 convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Concordou com a
400 conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes pela apropriação melhor do
401 tema e defendeu que essa instância de monitoramento deveria ser formada por
402 entidades da sociedade civil voltados à questão da defesa dos direitos da pessoa
403 com deficiência e de direitos humanos. Posto isto, as propostas da Conselheira Laís
404 Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes foram aprovadas em votação por
405 unanimidade.

406

407 **2º DIA. 17 DE SETEMBRO DE 2010.**

408 **Reabertura:** Reabertos os trabalhos e confirmado quórum por meio de chamada
409 oral, a Sra. Denise Costa Granja reabriu os trabalhos cumprimentando a todos e de
410 imediato passou ao primeiro item de pauta do dia. **Informes das Comissões**
411 **Pernamentes – Comissão de Articulação de Conselhos/CAC.** A Conselheira
412 Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior relatou que a reunião da Comissão ocorreu
413 no dia 15 de setembro do corrente ano, com a presença dos conselheiros Flávio
414 Fontes da Silva Rossini, Laércio Ventura, Francisco Alexandre Dourado Mapurunga
415 Francisco Alexandre Dourado Mapurunga, Valdenora da Cruz Rodrigues, Maria do
416 Carmo Tourinho, Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, Ana Beatriz Silva Thé
417 Praxedes, Raimundo José Rodrigues Monteiro e Moisés Bauer Luiz e foram
418 vencidos todos os pontos de pauta. Informou que: a minuta de projeto do 4º
419 Encontro Nacional de Conselhos já havia sido encaminhada à Secretaria Nacional
420 de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à Secretaria de Gestão de
421 Política de Direitos Humanos, com a estimativa de 500 participantes, a ser realizado

422 no já pré-reservado Hotel Nacional. Informou ainda que o recurso do evento já
423 estava provisionado e que a empresa terceirizada contratada faria a reserva dos
424 quartos de hotéis já acessíveis. Destacou que a Comissão trazia à análise do
425 plenário a proposta de prorrogação do prazo das inscrições até o final daquele mês
426 devido ao número baixo de conselhos inscritos, além do adiamento da reunião da
427 Comissão Organizadora de 27 e 28 de setembro para 4 e 5 de outubro. Solicitou
428 também que o critério de inscrição de três atas das reuniões num prazo de 12
429 meses fosse alterado para uma ata dos últimos 12 meses, por acreditar ser esse um
430 dos motivos do baixo número inscrições, todavia, mantendo-se o critério da
431 apresentação da criação do conselho por meio de lei. Apresentou ainda, para
432 análise, a situação de uma representante de conselho que solicitava que a filha, com
433 deficiência severa, pudesse acompanhar a ela, por necessitar de cuidados
434 solicitante. Por fim, informou que não houve proposta de alteração da data do 4º
435 Encontro, que previamente estabelecida entre os dias 10 e 14 de novembro. Posto
436 isto, informou que o Conselheiro Flávio Fontes da Silva Rossini era responsável pela
437 revisão da Cartilha de Criação de Conselhos, que estava em andamento, visto que o
438 conselheiro relator anteriormente designado não participava mais das reuniões.
439 Informou que: A CAC designou por unanimidade os conselheiros Flávio Fontes da
440 Silva Rossini, Laércio Ventura, Valdenora da Cruz Rodrigues, Maria do Carmo
441 Tourinho, Ana Beatriz Silva Thé Praxedes e Raimundo José Rodrigues Monteiro
442 para participarem, nos dias 28 e 29 do corrente mês, da coordenação da
443 capacitação de conselheiros do Estado do Amazonas; foi realizada na semana
444 anterior o encontro de conselhos estaduais e municipais das cidades sedes da Copa
445 do Mundo. Todavia, a CAC ficou alheia a esta reunião e, portanto, deliberou que
446 eventos envolvendo conselhos estaduais e municipais devem ter uma articulação
447 com a CAC, destacando que o Conselheiro Laércio Ventura participou da reunião,
448 mas não por comunicação da Comissão; a CAC avaliou minuta de edital de eleição
449 dos conselhos estaduais, sugerindo necessária, para habilitação, a publicação em
450 diário oficial da posse dos conselheiros estaduais; a CAC, em reunião conjunta com
451 a Comissão de Políticas Públicas, propôs um plano de trabalho de
452 instrumentalização e capacitação das instâncias de controle social. Na sequência, A
453 Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch destacou a importância da participação de
454 observadores no 4º Encontro, por demanda do movimento do Nanismo e por sua
455 pouca participação em eventos e vislumbravam neste uma boa oportunidade e
456 gostariam muito de estar presentes, às suas despesas. O Conselheiro Moisés Bauer
457 Luiz questionou porque a CAC ficou alheia ao processo de formação do curso de

458 capacitação do Estado do Amazonas, considerando que o mesmo teve
459 conhecimento do curso primeiramente por um e-mail recebido no dia anterior à
460 reunião da Comissão e que já constavam proposituras de nomes e temas, o que
461 inviabilizava qualquer trabalho mais efetivo de participação e colaboração da CAC
462 em um evento que já tinha uma data definida. Questionou também o motivo da não
463 participação da CAC no encontro de conselhos sedes das cidades da Copa do
464 Mundo. O Conselheiro Laércio Ventura comentou a baixa inscrição de conselhos no
465 4º Encontro Nacional, ponderando que anterior à mudança na estrutura da SNPD
466 havia a iniciativa da própria em fazer a interlocução com os conselhos e questionou
467 se talvez essa função foi repassada para alguém dentro da Secretaria. Posto isto, a
468 Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch sugeriu que os representantes dos
469 conselhos estaduais e municipais também fizessem a articulação com os mesmos
470 para aumentar efetivamente a participação. O Sr. Márcio Castro de Aguiar sugeriu
471 que cada conselheiro do CONADE pudesse indicar um observador, visto que os
472 mesmos poderiam atuar como agentes facilitadores e multiplicadores das
473 informações do 4º Encontro. Lembrou que a última cartilha de criação de conselhos
474 foi editada em 2007 e questionou que teria mudado que justificaria a reedição da
475 mesma. Apoiou a proposta da Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch de cada
476 conselheiro fazer a interlocução com os conselhos municipais e estaduais. Destacou
477 que a capacitação que ocorreria em Manaus era uma capacitação relativa à
478 Campanha da Acessibilidade e que as comissões permanentes teria o direito de
479 indicar pessoas para capacitação. Com isso, disse não entender porque a CAC teria
480 a coordenação da capacitação. O Conselheiro Francisco Alexandre Dourado
481 Mapurunga indicou o nome do Conselheiro Kellerson Souto Viana para participar da
482 capacitação em Manaus. Em seguida, a Presidente Denise Costa Granja esclareceu
483 que a manifestação de Manaus com interesse na capacitação dos conselheiros
484 decorreu de uma ação da Campanha da Acessibilidade e a pedido da Presidente do
485 Conselho do Estado do Amazonas, em e-mail recebido no dia seis de julho, que foi
486 encaminhado a todos os coordenadores das comissões permanentes, que se
487 manifestaram, com exceção da coordenadora da CAC. Ao passo que o Conselheiro
488 Flávio Fontes da Silva Rossini lamentou a omissão da coordenação da CAC em não
489 repassar as informações e não responder ao e-mail e questionou à Conselheira
490 Izabel o motivo da omissão. A Conselheira Rosângela da Silva Santos afirmou que
491 havia um trabalho que estava sendo desenvolvido virtualmente e a preocupava
492 novas pessoas reiniciarem esse trabalho a duas semanas do evento. Ao passo que
493 a CAC não apresentou em tempo hábil a indicação de nomes. Por fim, ponderou que

494 deveria ser construída a intersetorialização de comissões. A Conselheira Ana Beatriz
495 Silva Thé Praxedes afirmou que em que nenhum momento a CAC se posicionou
496 contrária à execução e realização da capacitação e não via problema algum na
497 participação dos membros da CAC que se dispuseram a participar. O Conselheiro
498 Márcio Castro de Aguiar, para agregar ao grupo já formada para a capacitação,
499 sugeriu incluir o Conselheiro Laércio Ventura, o Conselheiro Flávio Fontes da Silva
500 Rossini e a Coordenadora da CAC, Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior, além da
501 conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues. Em seguida, com relação à observação
502 da Conselheira Gecy Maria Fritsch Klauch, a Conselheira Izabel Maria Madeira de
503 Loureiro Maior informou que as pessoas com nanismo já eram consideradas, pelo
504 Decreto 5.296, pessoas com deficiência física e solicitou o contato das pessoas no
505 intuito de organizá-las já que estavam enquadradas como pessoas com deficiência.
506 Ponderou, com isso, que a categoria de observadores para o 4º Encontro seria
507 criada, considerando nenhuma fala em contrário, cabendo isto à comissão
508 organizadora. Apoiou também a proposta de cada conselheiro fazer o contato com
509 os conselhos estaduais e municipais, inclusive através das articulações de suas
510 entidades. Ressaltou o aspecto positivo da atualização da cartilha de criação de
511 conselhos. Destacou que a capacitação de Manaus não constava dos itens da
512 Campanha da Acessibilidade. Informou também que a Conselheira Valdenora da
513 Cruz Rodrigues, independente da comissão que ela participe, deveria ter sido
514 convidada a participar da capacitação, já que era amazonense. Todavia, o que não
515 ocorreu. Destacou que apesar de a CAC não ter manifestado sobre o tema, ela não
516 foi instada a se manifestar na reunião ordinária, em julho, justamente nas férias da
517 conselheira Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior. Ressaltou a importância de
518 levar o tema orçamento e finanças à capacitação. Destacou que a Campanha da
519 Acessibilidade era valorizada pela SNPD e que havia todo o esforço físico e
520 orçamentário. Esclareceu que no mês em que a capacitação foi solicitada, estava de
521 férias, e se dava o direito, em férias, de consultar e-mail institucional, nem o pessoal.
522 Admitiu uma certa falha, porém, afirmou que nada impediria a capacitação.
523 Esclareceu ainda que o solicitado foi a participação da CAC na coordenação da
524 capacitação e a presença dos conselheiros citados no relatório. O único que não foi
525 incluído foi o Conselheiro Kellerson Souto Viana e que poderia ser incluído naquele
526 momento. E que aquele era o último dia para reservar as passagens. O Conselheiro
527 Roberto Paulo do Vale Tiné sugeriu que fosse alterado na ata da CAC, no item três,
528 quando ela indica alguns conselheiros para fazer parte da coordenação da
529 capacitação, que fossem indicados dois conselheiros para colaborar com a

530 coordenação e não mais para serem participes da coordenação. O conselho Rossini
531 sugeriu o auxílio da Sra. Niusarete Lima e da Sra. Lana ao 4º Encontro Nacional. A
532 Conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues protestou contra a sua ausência na
533 capacitação, já que era uma conselheira do local e registrou a presença do Sr. Artur
534 Custódio, presidente nacional do MORHAN. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar
535 reiterou a sua proposta da indicação dos conselheiros Laércio Ventura e Flávio
536 Fontes da Silva Rossini, além da conselheira Valdenora da Cruz Rodrigues. O
537 Conselheiro Laércio Ventura apoiou tal proposta e sugeriu ainda a indicação por
538 parte da coordenação da CAC mais um conselheiro. Por fim, sugeriu que as
539 reuniões das comissões também fossem gravadas. Por derradeiro, o CONADE
540 deliberou: pela inclusão do Conselheiro Laércio Ventura no processo de revisão da
541 cartilha de criação de conselhos; pela proposta de redação do Conselheiro Roberto
542 Paulo do Vale Tiné, que muda de participantes da coordenação da capacitação,
543 para colaboradores da coordenação e manteve os nomes anteriormente indicados
544 pela CAC, retirando apenas o da Conselheira Ana Beatriz Silva Thé Praxedes, que
545 representaria a SNPD no evento. **Homenagem à Sra. Cândida Cavalheiro.** A
546 Conselheira Maria Aparecida Reis prestou homenagem à Ex-Conselheira do
547 CONADE, Cândida Carvalheira, pelos ensinamentos por ela auferidos. **Portaria do**
548 **Ministério do Trabalho e Emprego, que criou grupo de trabalho para tratar da**
549 **acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho.** O
550 Conselheiro Rogério Lopes Costa Reis informou que, após análise da Secretaria de
551 Relações do Trabalho, que coordenaria o grupo, o CONADE teria direito a dois
552 assentos no GT, para titulares e suplentes, e que o nome dos indicados fossem
553 enviados até a segunda-feira seguinte para publicação e início dos trabalhos. Para
554 tanto, o conselho escolheu por meio de votação nominal os nomes dos titulares,
555 Janilton Fernandes Lima e Moisés Bauer Luiz, e para suplentes, Isaías Dias e
556 Romeu Kazumi Sasaki. Aproveitou para destacar que houve uma redução no
557 número de pessoas com deficiência empregadas, de acordo com a Relação Anual
558 de Informações Sociais/RAIS 2009. **As conquistas do Movimento das pessoas**
559 **Ostomizadas no País.** A Ex-Conselheira do CONADE e Presidente da Associação
560 Latino-americana de Ostomizados/ALADO/IOA, Cândida Carvalheira, apresentou o
561 histórico de conquistas e avanços da ABRASO em 25 anos de trabalhos efetivos em
562 favor da população ostomizada do Brasil. **Informes das Comissões Pernamentes**
563 **– Comissão de Análise, Elaboração, e Acompanhamento de Atos Normativos –**
564 **CAN.** A Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes que estiveram
565 presentes à reunião da CAN a própria, José Carlos de Oliveira, Milena Souto Maior

566 Medeiros, Elyria Bonetti Yoshida Credidio. Justificaram ausência os conselheiros do
567 CONFEA, AMPID, MJ e TE. Relatou o processo 305: Eleições de representantes da
568 sociedade civil gestão 2011/2013 do CONADE. Em 14 de setembro de 2010 foi
569 realizada a reunião com 15 organizações representantes da Sociedade Civil sobre
570 as regras para as próximas eleições do CONADE. Discutiu-se a ampliação do
571 colégio eleitoral, proposta pela Presidência Ampliada, possibilitando a participação
572 de organizações nacionais como eleitoras e como candidatas, além de que todos os
573 habilitados pudessem votar nas 13 cadeiras elegíveis. Ao final decidiu-se, por
574 unanimidade de voto, que as organizações nacionais candidatas poderiam ser
575 eleitoras por unanimidade de votos. Todavia, permaneceu o critério de que cada
576 organização poderia votar no seu próprio seguimento segundo a divisão existente no
577 Regimento Interno do CONADE. Decidiu-se também que, caso houvesse empate, o
578 colégio eleitoral de todos os habilitados deveria decidir o representante do CONADE
579 e por oito a sete votos permaneceu o critério existente no Regimento Interno, no
580 artigo 5º parágrafo 6º, quais sejam, os critérios de desempate serão, na ordem, a
581 maior representação em estados, a maior representação em regiões e, por fim, a
582 comprovação da antiguidade do registro de seus estatutos. A data indicativa para
583 eleição ficou definida para o 4º Encontro Nacional de Conselhos dos Direitos das
584 Pessoas com Deficiência a ser realizado em novembro de 2010. Após, a
585 Conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes passou à leitura do edital
586 de convocação das organizações nacionais de e para pessoas com deficiência, de
587 trabalhadores, de empregadores e da comunidade científica. Em seguida, o
588 Conselheiro José Alcides Marton da Silva sugeriu inserção no 2º parágrafo do edital:
589 As organizações nacionais poderão se habilitar como candidatas e eleitoras ou
590 apenas como eleitoras dos seguimentos que atuam; ficando com a seguinte
591 redação: As organizações nacionais poderão se habilitar como candidatas e
592 eleitoras ou apenas como eleitoras dos seguimentos que atuam, desde que
593 cumpram o estabelecido no parágrafo retro. O Sr. Moisés Bauer Luiz propôs que as
594 eleições da sociedade civil fossem feitas em dezembro. Posto isto e feita as defesas
595 das propostas pelos conselheiros Moisés Bauer Luiz e Laís Vanessa Carvalho de
596 Figueiredo Lopes, foi aprovada por maioria em votação a proposta do Conselheiro
597 Moisés. Ao passo que o Conselheiro Moisés Bauer Luiz sugeriu como data para a
598 eleição o dia 15 de dezembro, último dia de plenária do CONADE, após os
599 trabalhos, ou seja, às 19 horas. O Sr. Francisco Alexandre Dourado Mapurunga
600 propôs a data de 10 de dezembro, desvinculando as eleições da plenária do
601 CONADE. Desta feita, foi aprovada a data proposta pelo Conselheiro Moisés Bauer

602 Luiz por maioria. Seguindo, o Conselheiro José Alcides Marton da Silva sugeriu
603 alterar também a data de inscrição das organizações da sociedade civil. Todavia, a
604 conselheira Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes esclareceu que
605 automaticamente postergadas as eleições seriam também postergadas as datas
606 anteriores. Após, passou à continuação da relatoria do Processo 305: na 69ª
607 Reunião Ordinária foi aprovada a sugestão da CAC para que as eleições dos
608 conselhos estaduais e municipais ocorresse no 4º Encontro Nacional dos Conselhos
609 dos Direitos das Pessoas com Deficiência, além de que os delegados fossem os
610 eleitores. A comissão organizadora de dito encontro corroborou a proposta aprovada
611 e incluiu as eleições na programação oficial do evento, mais precisamente no dia 13
612 de novembro de 2010, às 16 horas. Posto isto, passou à leitura do edital de
613 convocação dos conselhos estaduais e municipais de direitos das pessoas com
614 deficiência para composição do CONADE. O Conselheiro Márcio Castro de Aguiar
615 sugeriu que a Ata de designação de um representante do Conselho na ausência de
616 seu presidente ou vice fosse autenticada em cartório. O Sr. Laércio Ventura
617 ponderou que o Item d era desnecessário. O Sr. Francisco Alexandre Dourado
618 Mapurunga sugeriu que a posse dos conselheiros fosse publicada em diário oficial.
619 Todavia, o texto foi aprovado como estava originalmente por maioria em voto. Por
620 conseguinte, a Conselheira Ana Beatriz Silva Thé Praxedes solicitou que os
621 membros da CAC ficassem após a reunião para a escolha do nome que participaria
622 da capacitação de Manaus. Em sequência, o Conselheiro Francisco Alexandre
623 Dourado Mapurunga despediu-se do Conselho desejando a todos um ótimo trabalho
624 nos trabalhos que se seguiriam. O Sr. Adinilson Marins dos Santos convidou a todos
625 a participarem do fórum sobre o trabalho da pessoa com deficiência, que ocorreria
626 nos dias 29 a 30 de setembro, no Museu Nacional da República, motivado pela
627 Federação das APAES de Brasília. **Encerramento.** Não havendo mais tempo e
628 quórum para as demais deliberações da pauta, o Vice-Presidente, Isaías Dias,
629 encerrou a reunião.